

1                                   **ATA DA 383ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP,**  
2                                   **REALIZADA NOS DIAS 16 E 17 DE ABRIL DE 2012 .**

3   Aos dezesseis e dezessete dias do mês de abril de dois mil e doze, os membros do  
4   Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala trezentos e  
5   quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF.  
6   Compareceram: O Presidente, Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro; o Vice-  
7   Presidente, Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano; e os seguintes membros: Erivaldo  
8   Ribeiro dos Santos; Augusto Eduardo de Souza Rossini; Fernando Braga Viggiano;  
9   Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Gisela Maria Bester; José Laurindo de Souza  
10   Neto; Pedro Sergio dos Santos; Maria Ivonete Barbosa Tamboril. Estiveram também  
11   presentes os seguintes participantes externos: Valdirene Daufemback-  
12   OSPEN/DEPEN/MJ; Luiz Guilherme Mendes de Paiva-STF; João Mendes Benigno  
13   Filho-MP/PI; Mara Fregapani Barreta-DEPEN/MJ; Carlos Tadeu de Pinto-SEA/MJ; José  
14   Luiz Saud-DEPEN/MJ; Denys Herlyn Penedo Bessa-DEPEN/MJ; Andre Luiz de Almeida  
15   e Cunha-SUSIPE/PA; Gelson dos Santos-SUSEPE/RS; Paulo Renato Ribeiro; Nelson  
16   Azevedo Ferreira da Silva; Luiz Fabricio Vieira Neto-DEPEN/MJ; Cezar Maranhão-  
17   DEPEN/MJ; Fátima Mayumi Kowata-DEPEN/MJ; Daniel de Resende-MPF/GO; Mario  
18   Luiz Bonsaglia-CNMP/MPF. Justificaram a ausência os seguintes membros: Alvino  
19   Augusto de Sá; Rodrigo Duque Estrada Roig Soares e Suzann Flavia Cordeiro de Lima.  
20   O Presidente do CNPCP iniciou a reunião com abertura dos trabalhos e com  
21   comunicações e proposições. O Conselheiro Pedro Sérgio, em sua fala, comentou sobre  
22   uma rebelião de grandes proporções que estava ocorrendo desde o dia 15 de abril de  
23   2012, prosseguindo no dia de hoje, no sistema penitenciário do Estado do Sergipe,  
24   frisando tratar-se da Unidade Penal COMPAJAF, administrada por uma empresa  
25   terceirizada, a REVIVER, em relação à atuação da qual a imprensa noticiou severas  
26   críticas por parte do SINDPEN/SE – Sindicato dos Agentes Penitenciários, e dos  
27   próprios presos. O Conselheiro também propôs a constituição de uma Comissão, com  
28   uma proposta e cronograma de trabalho para acompanhamento dos *Habeas Corpus*,  
29   em conformidade com as propostas do Conselho Nacional de Justiça-CNJ. Tal  
30   Comissão foi aprovada por unanimidade, tendo sido designados para integrá-la o  
31   próprio Conselheiro Pedro Sérgio, na condição de seu Presidente, e os Conselheiros  
32   Gisela Bester e Milton Jordão. Na sequência, o Conselheiro Milton Jordão informou que  
33   no dia onze de abril comemoraram-se os oitenta anos da Ordem dos Advogados do  
34   Brasil na Bahia, momento único para advocacia e para a justiça baiana como um todo.  
35   O presidente Herbert Carneiro parabenizou o evento e realçou o compromisso da OAB

36 junto ao sistema de justiça, especialmente do tribunal de justiça, de busca  
37 compromissada responsável com a cidadania. O Conselheiro Fernando Viggiano propôs  
38 que fossem encaminhadas para as autoridades, ainda neste mês de abril, solicitações  
39 para a elaboração do Decreto anual de Indulto, com o propósito de desde já desenvolver  
40 os trabalhos sobre o assunto. A Conselheira Maria Ivonete comunicou sobre sua  
41 atuação e indicação, em conjunto com o Conselheiro Alvino de Sá, junto ao Conselho  
42 Federal de Psicologia na comissão organizadora de seminário sobre a atuação dos  
43 psicólogos no sistema prisional. A Conselheira comunicou ainda sobre a Audiência  
44 Pública no Estado da Paraíba no dia vinte e três de abril do ano corrente, na cidade de  
45 João Pessoa, para tratar sobre a Inspeção Prisional realizada no período de doze a  
46 quinze de março do ano corrente. A Conselheira Gisela Bester comunicou sobre fatos  
47 preocupantes ocorridos no sistema penitenciário do Estado do Tocantins, veiculados  
48 recentemente na imprensa local, sendo que matéria publicada no Jornal do Tocantins,  
49 edição nº 5.471, de 25 de março de 2012, capa e toda página nove, noticiava que a  
50 Empresa Umanizzare Gestão Prisional e Serviços Ltda, contratada pelo Governo do  
51 Estado em dezembro de 2011 para administrar a Casa de Prisão Provisória de Palmas e  
52 o Presídio Barra da Grota, em Araguaína, estaria utilizando ambulância com UTI móvel  
53 doada pelo Ministério da Justiça/SENASP/PRONASCI ao sistema penitenciário para  
54 buscar seus trabalhadores em suas casas, abastecendo seus veículos nos postos  
55 credenciados pelo Estado, apesar de já receber valores específicos para isso no  
56 Contrato, falhando na assistência médica aos presos e contratando mão-de-obra  
57 desqualificada. Tais denúncias e outras mais teriam sido feitas pelos agentes  
58 penitenciários do Estado, com fotos, documentos e vídeos. O Conselheiro Augusto  
59 Rossini, na qualidade de Diretor do DEPEN, pediu um aparte para dizer que  
60 considerava muito sérias essas denúncias, notadamente quanto ao desvio de uso da  
61 ambulância, e comprometeu-se a oficiar ao Secretário da Justiça e dos Direitos  
62 Humanos do Estado, Sr. Nilomar dos Santos Farias, para solicitar explicações a  
63 respeito. A Conselheira informou ainda a recente exoneração do Secretário de Estado  
64 de Justiça e Cidadania, Sr. Lélío Lauria, do Estado do Amazonas, ex-Conselheiro do  
65 CNPCP e ex-Presidente do CONSEJE, após imagens estaremcedores que foram  
66 veiculadas na internet, mostrando presos de alta periculosidade de uma das unidades  
67 penais realizando festas no seu interior, inclusive com bebidas alcoólicas e petiscos.  
68 Segundo foi noticiado na imprensa nacional, o afastamento do titular da SEJUS, a seu  
69 pedido, ocorreu quatro dias após a divulgação de imagens de uma festa na Unidade  
70 Prisional de Puraquequara (UPP), na Zona Leste de Manaus, sendo que as fotos,

71 publicadas no perfil de um detento na rede social Facebook, mostravam ainda que  
72 dentro da cela havia mesas, celulares e cadeiras plásticas, além de um aparelho de som  
73 de alta potência e aparelho de TV de LED. O Conselheiro Pedro Sérgio pediu um aparte  
74 para lembrar que tal unidade penal do Amazonas curiosamente também é das  
75 terceirizadas, e dizer que não se trata de qualquer unidade, mas de uma das melhores  
76 daquele Estado em termos de infraestrutura e segurança. A Conselheira também  
77 solicitou a realização de Audiência Pública no Estado do Acre, tendo em vista que o  
78 CNPCP não realizava inspeção naquele Estado há mais de quatro anos, e que a visita  
79 de Inspeção Prisional, realizada por ela e pela Conselheira Maria Ivonete em fins de  
80 fevereiro e início de março do ano corrente, permitiu que fossem identificadas muitas  
81 violações de direitos humanos fundamentais das pessoas encarceradas naquele  
82 Estado. A Conselheira informou também que participou, juntamente com a Conselheira  
83 Suzann Cordeiro, a convite do Fundo Global para o Combate à Tuberculose e por  
84 indicação do então Presidente do Conselho, Geder Luiz Rocha Gomes, de evento sobre  
85 o combate da tuberculose nas prisões, nos dias vinte e sete e vinte e oito de março, em  
86 Brasília, quando foram feitos os balanços dos cinco anos dessa atuação no Brasil,  
87 tratando-se de um trabalho importantíssimo e vitorioso, mas que ainda enfrenta  
88 desafios, ressaltando que essas equipes de Saúde possuem um minucioso “Formulário  
89 para Avaliação das Condições Ambientais para o Controle de Tuberculose em Unidades  
90 Prisionais”. Por tudo isso, recomendou que a integrante do Projeto Fundo Global TB  
91 Brasil, Assessora Técnica responsável pelo componente “Tuberculose nas Prisões”,  
92 Sra. Alexandra Sanchez, fosse convidada pelo CNPCP para expor essa experiência na  
93 próxima reunião do Conselho, sugestão que foi acatada pela unanimidade dos  
94 presentes. Por último, a Conselheira Gisela Bester informou que participou,  
95 representando o CNPCP, do Seminário para lançamento do Grupo de Trabalho  
96 Interministerial de Saúde no Sistema Prisional, com a finalidade de elaborar a Política  
97 Nacional de Saúde no Sistema Prisional, realizado nos dias dez e onze de abril, na sede  
98 da FIOCRUZ, em Brasília, do qual também participou o Conselheiro Augusto Rossini e  
99 sua equipe técnica do DEPEN. O Conselheiro Vitore Maximiano relatou sobre proposta  
100 de reforma do Código Penal no âmbito de comissão do Senado Federal, sobretudo no  
101 tocante à concessão de benefícios como o livramento condicional. O Conselheiro propôs  
102 que fosse encaminhado Ofício para a referida comissão do Senado, disponibilizando o  
103 CNPCP para as discussões, especialmente no tocante à matéria envolvendo política de  
104 execução criminal, embora o CNPCP tenha competência para discutir amplamente a  
105 reforma do código penal. O Conselheiro lamentou que o Tribunal Superior Eleitoral

106 ainda não regulamentou sobre a garantia de voto do preso provisório, no entanto  
107 enfatizou que o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo iniciou, no seu âmbito, ações  
108 de regulamentação local. O Conselheiro Pedro Sérgio solicitou a possibilidade de se  
109 realizar uma Audiência Pública no Estado de Pernambuco, devido à Inspeção Prisional  
110 realizada no mês de março do ano corrente. O Conselheiro Augusto Rossini relatou  
111 sobre a importância da participação dos movimentos sociais junto aos assuntos  
112 discutidos no CNPCP. O presidente Herbert Carneiro oficializou o convite para a vice-  
113 presidência do CNPCP ao Conselheiro Vitore Maximiano, que aceitou o encargo. O  
114 Conselheiro Vitore apresentou o Relatório dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão  
115 Mista instituída pela Portaria CNPCP Nº 4, de 1º de março de 2012 (DOU de 5/3/12,  
116 Edição Nº 44, Seção 2), para realizar e apresentar proposta quanto à revista íntima nas  
117 unidades de privação de liberdade do Brasil. Foi apresentado também Anteprojeto de  
118 Lei sobre procedimentos para revistas em visitantes nos estabelecimentos prisionais,  
119 pelos Conselheiros Vitore Maximiano, Gisela Maria Bester e Maria Ivonete Tamboril,  
120 elaborado pela referida Comissão, com o fim precípua de, entre outras medidas,  
121 erradicar a revista vexatória. Após discussão, este Anteprojeto de Lei foi aprovado pela  
122 maioria dos presentes, assim como o próprio Parecer que o acompanha, justificando-o e  
123 reforçando seus propósitos, ficando designada a integrante da Comissão, Conselheira  
124 Gisela Bester, para dar uniformidade ao texto e fazer a respectiva revisão final. O Sr.  
125 João Mendes Benigno Filho, membro do Ministério Público do Estado do Piauí,  
126 autorizado pelo presidente do CNPCP, relatou ocorrência de situação grave, incluindo  
127 morte, em estabelecimento penal de seu Estado. No período vespertino, em  
128 continuidade aos itens de pauta, retomaram-se as discussões sobre os assuntos  
129 pertinentes à Resolução CNPCP nº 09, de 18 de novembro de 2011, que trata das  
130 Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal. O Conselheiro Augusto Rossini entregou para  
131 os membros do CNPCP a Informação nº 188/2012-COENA/CGPAI/DIRPP/DEPEN,  
132 procedendo em seguida à sua respectiva leitura. A seguir, foi aprovado pelos membros  
133 o encaminhamento da referida Informação para o CNPCP. Após, foi realizada a  
134 apresentação do convidado membro do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP,  
135 Sr. Mário Luiz Bonsaglia, presidente da Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do  
136 Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial,  
137 que estava acompanhado do Sr. Daniel Salgado de Resende, membro do Ministério  
138 Público Federal em Goiás. O Sr. Mario Bonsaglia expôs acerca da atuação do CNMP  
139 nas questões referentes ao sistema carcerário nacional, explicitando o trabalho  
140 realizado por membros do Ministério Público por ocasião de suas visitas e inspeções às

141 unidades prisionais brasileiras. De igual modo, o Sr. Daniel Salgado apresentou  
142 propostas acerca de alteração da minuta do decreto de indulto. Em seguida, vários  
143 Conselheiros fizeram questionamentos aos convidados, estabelecendo-se a  
144 necessidade de maior aproximação institucional, para garantir maior eficiência dos  
145 trabalhos realizados. Especificamente sobre uma reclamação de um Promotor de  
146 Justiça do Estado de Alagoas, ofensiva ao CNPCP enquanto Conselho e aos  
147 Conselheiros Alvino e Gisela, em decorrência de inspeção destes àquele Estado, o Sr.  
148 Mario Bonsaglia solicitou que lhe fosse enviada cópia do respectivo processo, para que  
149 o CNMP possa averiguar o caso, não importando ter-se passado já um certo tempo  
150 disso. No segundo dia de reunião foi apresentado o Relatório de Inspeção em  
151 estabelecimentos penais do Estado do Acre, pelas Conselheiras Gisela Bester e Maria  
152 Ivonete, cujas visitas deram-se entre os dias vinte e nove de fevereiro e três de março  
153 do ano corrente, em Rio Branco e em Cruzeiro do Sul, ao todo tendo sido inspecionadas  
154 sete unidades penais, e sido realizadas três reuniões presenciais com o Diretor do  
155 IAPEN e com os Defensores Públicos da Execução Penal em Rio Branco, e também  
156 com o Promotor de Justiça Substituto Walter Teixeira Filho, atuando na Execução Penal  
157 de Cruzeiro do Sul. O referido Relatório foi aprovado por unanimidade pelos presentes,  
158 assim como também a realização de uma Audiência Pública em Rio Branco, no mês de  
159 maio próximo vindouro, para a discussão deste mesmo Relatório com as autoridades  
160 acreanas responsáveis pela execução penal no sistema penitenciário do Estado, e com  
161 a sociedade civil organizada, notadamente tendo em vista os sérios problemas de  
162 violações de direitos humanos fundamentais de pessoas presas no Acre, identificados  
163 pelas duas Conselheiras, e da demora em inaugurar duas Unidades Penais prontas, o  
164 que por si só já amenizaria uma parte desses problemas. O Conselheiro e Diretor do  
165 DEPEN Augusto Rossini expôs os documentos que confirmam a situação de conclusão  
166 de tais Unidades, e o montante de verbas federais que o Acre recebeu para construí-las,  
167 informando que o problema, portanto, não vem sendo de repasse de recursos  
168 financeiros, mas sim de gestão. Por sugestão do próprio Conselheiro Rossini, acatada  
169 por todos os demais presentes, foi também decidido que o CNPCP oficiaria nesta data  
170 ao DEPEN a respeito de uma particular disfunção de gestão na administração  
171 penitenciária daquele Estado – ao permitir que um só servidor acumulasse a Direção de  
172 três unidades penais, sendo uma delas feminina –, para que o DEPEN possa tomar  
173 providências cabíveis. Essa ação do CNPCP foi realizada por meio da elaboração do  
174 Memorando nº 118/CNPCP-2012, de dezessete de abril de dois mil e doze. Em seguida,  
175 foi apresentada minuta de Resolução sobre o Uso de Algemas em Presos, Enfermos e

176 Parturientes em estabelecimento de saúde, pelo Conselheiro Milton Jordão, e sua  
177 votação será item de pauta para a próxima reunião do CNPCP. O Presidente Herbert  
178 José Almeida Carneiro encerrou os trabalhos agradecendo a presença de todos os  
179 presentes. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac  
180 Ribeiro e revisada pelo servidor Jefferson Alves Lopes.

181

182

Herbert José Almeida Carneiro

183

Presidente do CNPCP

184

185

186

*Publicado no DOU, de 19/09/2012, página 29 e 30 – Seção 1 - ISSN 1677-7042 .*

187

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>,  
188 pelo código 00012012091100031

189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a  
190 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

191

192

193